

Projetos Urbanos ou Projeto Neoliberal?¹

Juliana Di Cesare Margini Marques²

Introdução

Este trabalho consiste, em uma primeira parte, na apresentação dos estágios de desenvolvimento do sistema capitalista, de acordo com a teoria desenvolvida por Aglietta e adotada por Csaba Deák, segundo a qual a periodização se baseia nos regimes de acumulação deste modo de produção.

O objetivo é caracterizar estes estágios do desenvolvimento e suas respectivas formas ideológicas para que, posteriormente, na segunda parte deste trabalho, possa se estabelecer uma relação entre estes estágios de desenvolvimento e as formas de abordagem sobre o espaço urbano com a finalidade de incitar o debate sobre a questão da atuação do urbanismo - enquanto planejamento urbano no estágio intensivo e como projeto urbano no estágio do capitalismo tardio.

Como foco da discussão, os grandes projetos urbanos são relacionados com o estágio atual de desenvolvimento do capitalismo, mais precisamente, como possíveis instrumentos ideológicos da política neoliberal. Neste sentido, foram trazidas as contribuições de Neil Brenner e Nik Theodore e de Swyngedouw, Moulaert e Rodriguez, que defendem a construção de alternativas para a cidade neoliberal, fruto das políticas urbanas da década de 1990 que intensificaram a reprodução desta política dominante.

O encerramento do trabalho é o levantamento de questões acerca deste tema tendo em vista o desenvolvimento da pesquisa de doutorado que está sendo iniciada junto à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

¹ Monografia final para avaliação da disciplina AUP 5840 "O Mercado e o Estado na Organização Espacial da Produção" ministrada pelo professores Csaba Deák e Sueli Ramos Schiffer no curso de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

² Doutoranda do curso de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, sob orientação da Prof. Regina Prospero Meyer.

PARTE I

O Capitalismo e seus estágios de desenvolvimento

O início do sistema capitalista se deu na Inglaterra e no noroeste europeu com a dissolução do feudalismo. No feudalismo a relação de produção preponderante era o regime de servidão (e a renda), onde o feudo definia os limites da produção e circulação de mercadorias. O enfraquecimento desta relação de produção e a expansão dos limites de circulação e produção de mercadorias são as possíveis causas do fim deste sistema econômico dando início a um processo de cercamentos – com a intenção de acabar com as terras comunais e transformá-las em propriedade – e, como consequência, proporcionando o nascimento de uma nova relação de produção que passa a ser dominante: o assalariamento. Neste novo sistema econômico a força motriz é a tendência à generalização da forma-mercadoria, ou seja, produzir cada vez mais não só valor de uso como valor de troca por meio de mercadorias baseado no sistema de assalariamento (DEÁK, 2006).

Desde os seus primórdios até os dias atuais uma série de abordagens tenta entender o funcionamento do capitalismo e interpretar o comportamento e as características deste modo de produção.

O economista Michel Aglietta (1979) aponta um crescente número de teóricos insatisfeitos com a teoria da ciência econômica, em função de sua incapacidade de analisar a dinâmica temporal dos feitos econômicos - explicar sua história – além da incapacidade de expressar o conteúdo social das relações econômicas. Segundo ele, os neoclássicos se baseiam na teoria cujo princípio é o equilíbrio geral, que exerceu uma ditadura sobre o pensamento econômico na medida em que apresentou uma perspectiva tranquilizadora da sociedade e uma justificativa da profissão do economista.

Aglietta então, baseado em fundamentos lógicos do materialismo dialético³, se propõe a elaborar uma teoria da regulação do capitalismo que explicita as condições, os ritmos e as modalidades das transformações sociais que ocorreram durante seu processo de desenvolvimento. O objetivo do seu trabalho consiste, desta forma, em desenvolver as potencialidades contidas nos conceitos criados por Marx, submetendo-os à análise crítica das grandes transformações sociais que foram produzidas neste período de produção capitalista. Segundo Aglietta (1979) falar de regulação de um modo de produção é tentar expressar mediante leis gerais como se reproduz a estrutura determinante de uma sociedade. Com isso, o objeto da teoria econômica se converte em um estudo das leis que regem a produção e a distribuição dos meios de existência dos homens em coletividades organizadas, ou seja, para ele o estudo das leis de regulação do modo de produção capitalista, baseado na polêmica da articulação entre as leis de acumulação do capital e as leis de competência, estabelecidas por Marx.

Esta leitura do processo histórico do sistema capitalista, portanto, baseia-se na definição e conceituação de regimes de acumulação do capital, que são rebatidos em distintos estágios de desenvolvimento: o estágio extensivo, o intensivo e o capitalismo contemporâneo ou tardio. A seguir será conceituado cada um deles, comparando-os com as respectivas ideologias políticas que os acompanharam.

Regime de Acumulação Extensiva e o Liberalismo

O estágio de desenvolvimento extensivo corresponde ao momento em que esteve em curso o processo de eliminação das terras comunais com a progressiva extensão da relação de produção do assalariamento para todas as relações que ainda eram pré-capitalistas. Segundo Deák (2006), como um estágio de extensão da produção, ele se caracteriza principalmente pelo rápido crescimento da produção de mercadorias, pela presença de taxa de excedente do trabalho assalariado, por um acelerado ritmo de extensão da relação de salário e pelo baixo nível de reprodução da força de trabalho.

³ Método elaborado por Marx.

No que diz respeito à relação com o Estado, o estágio extensivo é caracterizado pela restrita intervenção do Estado, deixando o mercado atuar em franca expansão gerando altas taxas de lucro. Corresponde ao que muitos chamaram de capitalismo desenfreado, ou capitalismo selvagem.

A forma ideológica⁴ a que este estágio corresponde é o liberalismo, que é marcado pela primazia da atuação do mercado sobre o Estado e gerido pela sociedade burguesa. Segundo Deák (2006), estava embutido nesta teoria um duplo conceito de liberdade: a liberdade do trabalho e a liberdade para o uso da propriedade dos meios de produção. O autor ressalta o sentido dúbio instalado nas relações sociais. Para os servos a liberdade estava no fato de poderem vender sua força de trabalho para aqueles que detinham os meios de produção. Desta forma, estariam garantindo sua subsistência a partir do momento em que se tornavam trabalhadores assalariados. Por outro lado, para os proprietários de terras, a liberdade era poder usar suas propriedades como quisessem. Assim, os feudos tornam-se propriedades e os senhores feudais passam a serem capitalistas, estabelecendo os pilares deste meio de produção: a propriedade e a liberdade.

O fim deste estágio, ou melhor sua inviabilização, se deu com o esgotamento dos espaços disponíveis para a extensão da produção de mercadorias – ou seja, com o fim da existência de relações pré-capitalistas. Segundo Deák (2006), o estágio de desenvolvimento extensivo se esgotou na Inglaterra no período entre 1815 e 1865. Na Alemanha foi em 1880 e no Brasil apenas em 1970.

Regime de Acumulação Intensiva e a Social Democracia

A solução para a continuidade do processo de acumulação capitalista, ou seja, continuidade da expansão da produção de mercadorias, foi o aumento da produtividade do trabalho, por meio, principalmente, do progresso no que diz respeito às técnicas de

⁴ Segundo Chauí (1980, p.92) ideologia, segundo sua concepção marxista, é “[...] o processo pelo qual as idéias da classe dominante se tornam idéias de todas as classes sócias, se tornam idéias dominantes”.

produção. Com o auge durante o período da reconstrução pós-guerra, este estágio é caracterizado pela hegemonia das instituições burguesas em um processo onde o trabalho assalariado não tem mais como ser estendido, apenas intensificado.

Segundo Deák (2006), a tendência à generalização da forma-mercadoria é, neste momento, deixada para trás em função da expansão da atuação do Estado na organização da produção. Neste estágio o papel do Estado vai se ampliando cada vez mais até se tornar crítico à estabilidade do próprio sistema.

Diferente do estágio anterior cuja forma ideológica dominante era o liberalismo, agora é a social democracia que assume o papel de proporcionar as bases para o desenvolvimento, trazendo preceitos como o Estado do Bem-Estar Social e a elevação do nível de subsistência da força de trabalho. Ainda segundo Deák (2006), neste sentido, o que está se manifestando é a dominação consentida dos trabalhadores, onde a hegemonia da burguesia atua sob a forma de democracia plena.

Entretanto, este estágio também entrou em crise. A partir do desenvolvimento cada vez mais intenso e acelerado de novas técnicas de produção (como a automação, por exemplo) houve um momento em que o mercado se viu em meio a uma crise de superprodução, principalmente em função do estreitamento do espaço de produção de mercadoria após o término do conhecido período de reconstrução do pós-guerra (DEÁK, 2006).

Capitalismo Contemporâneo ou Capitalismo Tardio e o Neoliberalismo

Em meados da década de 1960, o estágio mais desenvolvido dentro do processo histórico de atuação do sistema capitalista, o estágio intensivo, teve sua saturação com a crise da superprodução decorrente do esgotamento do “boom” do período pós-guerra. Este período contemporâneo (que vem desde então) se caracteriza por uma crise do sistema em função da crescente expansão da intervenção do Estado e da capacidade produtiva. O resultado deste processo de desenvolvimento tecnológico foi a

superprodução e a diminuição da força de trabalho dentro da indústria e o conseqüente aumento do número de empregados no setor de serviços (DEÁK, 2006).

De acordo com o economista marxista belga Ernst Mandel (1983), o capitalismo entrou em crise neste período em função do que ele chamou de detonadores clássicos: superprodução dos setores chave da expansão precedente, baixa da taxa média de lucro, agravação das tendências especulativas e inflacionistas, obrigação por parte da burguesia de iniciar uma política deflacionista, desocupação em rápida ascensão e conseqüente contração do mercado interior, concorrência interimperialista acentuada, com ascensão do protecionismo e contração do mercado mundial.

Ainda segundo Mandel (1983) este período do capitalismo, marcado pelo crescente endividamento dos estados-nação, é um período de crise combinada com uma inflação permanente que atenua parcialmente seus efeitos. Para ele, a inflação monetária permite vender efetivamente mais mercadorias a partir de um poder de compra criado junto com o processo de produção. Por outro lado, Mandel alerta que o sistema capitalista não irá conseguir atuar desta forma por um longo período de tempo sem que tenha que pagar um alto preço, como a desorganização crescente do sistema monetário internacional, os crescentes riscos de arruinamento do sistema bancário e de todo o sistema de crédito internacional.

Segundo Deák (2001), o estágio atual do capitalismo é a exaustão do estágio de acumulação predominantemente intensivo. Suas características principais são a ampliação da intermediação financeira, a perda relativa do peso das manufaturas, a ampliação do papel do Estado e a reação política neoliberal. Todos estes elementos, no entanto, são apontados como características de um momento novo dentro do sistema capitalista – a globalização. No entanto, Deák (2001) alerta para o fato de que termos como este são continuamente utilizados para designar um novo estágio do sistema, mas que ignoram todo seu processo histórico, São, na verdade, neologismos ou pseudoconceitos, nas palavras do autor.

Segundo ele, o sistema capitalista está em pleno estágio de crise, em função de que chegou em um limite da generalização da forma-mercadoria, já que grande parte do produto social não poder ser transformado em valor de uso, ou seja, grande parte deste produto não pode ser mercadorizada.

O neoliberalismo, neste momento, entra como política dos países centrais para “remercadorizar” a economia, ao mesmo tempo em que representa a tentativa do desmonte do Estado de Bem-Estar Social instaurado no estágio intensivo de produção capitalista.

PARTE II

A produção do espaço e os estágios de desenvolvimento econômicos: planejamento e projeto urbano

Produzir o espaço (capitalista) implica em construir ligações entre as localizações, de modo a propiciar uma homogeneização tal que a forma-mercadoria possa se implantar. O espaço é portanto recriado (transformado) continuamente, segundo os estágios do processo de acumulação (SCHIFFER, 1989, p.15).

Desde a década de 1980 os processos de desregulamentação e liberalização da economia foram impostos para uma vasta gama de escalas territoriais, de acordo com o repertório neoliberal. Como resposta política à recessão mundial da década de 1970, tendo em vista o declínio da indústria tradicional de produção em massa, o neoliberalismo se tornou a forma política e ideológica dominante do capitalismo dessas três últimas décadas. Na prática, este período é marcado por formas disciplinadas de intervenção estatal no sentido de impor a regulação do mercado sobre todos os aspectos da vida social, defendendo prioridades como austeridade fiscal, intensificação da flexibilidade do mercado de trabalho, competitividade territorial, fluxo livre de investimento e de capital, desregulamentação e aumento da mobilidade do capital (BRENNER; THEODORE, 2002).

The linchpin of neoliberal ideology is the belief that open, competitive, and unregulated markets, liberated from all forms of state interference, represent the optimal mechanism for economic development (BERNNER; THEODORE, 2002, p. 02).

Os teóricos Brenner e Theodore (2002) têm algumas premissas para abordar a economia política do neoliberalismo atual como o seu desenvolvimento geográfico desigual e o desenvolvimento da geografia do Estado de regulação. Em relação a este aspecto, os autores colocam que durante as sucessivas fases do sistema capitalista foram desenvolvidas formas particulares de políticas espaciais estatais, que também foram institucionalizadas promovendo infra-estruturas regulatórias visando o crescimento industrial. Para eles, no entanto, mesmo o período neoliberal tem fases distintas. A fase atual é caracterizada principalmente pela dupla dependência entre as formas institucionais existentes e os projetos neoliberais emergentes, onde se estabelece um processo de destruição criativa – destruição dos compromissos políticos e acertos institucionais por meio de iniciativas para reformas orientadas pelo mercado, e criação de uma nova infra-estrutura para o crescimento da economia também conduzida pelo mercado.

Brenner e Theodore (2002), constatando que as políticas, as dinâmicas institucionais e os efeitos sócio-espaciais presentes no período neoliberal não têm sido teorizados na escala urbana, propõem, entendendo o neoliberalismo como um projeto geo-econômico e geopolítico que opera em múltiplas escalas, o estudo do papel dos projetos políticos do período neoliberal na formação das dinâmicas das transformações urbanas na América do Norte e na Europa Ocidental. Este processo contemporâneo da política neoliberal é analisado pelos autores em três momentos: o caráter de dupla dependência; o processo de destruição criativa; e as formas pelas quais as cidades se tornaram estrategicamente espaços cruciais para o projeto neoliberal.

Segundo Harvey (2001), este período inaugura um processo de luta pela transformação dos espaços a fim de os tornarem cada vez mais atraentes para os capitalistas e,

assim, para o investimento privado, ou seja, inicia-se um processo de produção ativa de lugares. Neste momento de atenção às vantagens locacionais vê-se o trunfo do espaço como arma do sistema capitalista, valendo-se da mobilidade geográfica e da descentralização, atualmente disseminada como sendo uma prática vantajosa dentro das políticas nacionais.

[...] neoliberalism represents a strategy of political-economic restructuring that – to borrow a phrase used by Henry Lefebvre (1978:262) in a different context – uses spaces as its “privileged instrument” (BRENNER; THEODORE, 2002, p. VII).

Esta reordenação social, cultural e econômica teve impactos também nas cidades, na medida em que gerou uma gama de novas possibilidades de ação e intervenção, onde as autoridades locais estavam a procura de novas formas de revitalizar a antiga “fábrica urbana”. Neste contexto de um processo econômico de ascendente mundialização da economia, a cidade passa então a se posicionar dentro desta nova divisão da produção, do trabalho e do consumo. Da mesma forma, governos locais, regionais e nacionais iniciam a busca por se alinharem às novas dinâmicas locais como sendo requisito para a inserção no sistema econômico internacional. Com isso, o meio urbano torna-se espaço chave – palco de intervenções. Desde o início da década de 1980, as autoridades locais vão usar os grandes projetos urbanos em um esforço para reforçar a posição competitiva das cidades. O nascimento então de uma nova política urbana vai ser desenvolvida em paralelo com as novas políticas neoliberais com a intenção clara de atrair investidores, empreendedores, visitantes e turistas no sentido de re-centralizar a posição das cidades (SWYNGEDOUW; MOULAERT; RODRIGUEZ, 2002).

As cidades se tornaram, portanto, importantes alvos geográficos e laboratórios institucionais na medida em que passaram a ser o centro de uma variedade de experimentos políticos neoliberais, como o aparecimento do *marketing* do lugar, das zonas estritamente empresariais, das agências de desenvolvimento urbano, das parcerias público-privadas, dos projetos de incubadoras empresariais e das novas

estratégias de controle social, policiamento e fiscalização. O espaço urbano passou a ser considerado, então, o organismo central propício para a reprodução, transformação e contínua reconstituição do sistema neoliberal (BRENNER; THEODORE, 2002).

Segundo Deák (2001) a transição do estágio de acumulação extensivo para o estágio intensivo, por volta de 1850, corresponde ao período de surgimento do planejamento urbano. Segundo ele a organização espacial se torna uma preocupação para o estágio de acumulação intensiva, tendo em vista de que o processo de produção requer a incessante transformação do espaço. Deák (1989) aponta que o aumento do interesse pelo espaço construído se deu a partir da crise do estágio intensivo, ou seja, a partir de 1970 quando as relações entre transformações do espaço e processos de acumulação se tornam centros de atenção.

Pode-se colocar, portanto, que as novas condições econômicas, políticas e sociais que se desenvolveram durante as três últimas décadas deram origem a novas formas de intervir nas cidades, diferentes das práticas do urbanismo funcionalista e racional que prevaleceu principalmente durante as décadas de 1950 e 1960. Em 1970 inicia-se uma preocupação do papel do Estado no processo de planejamento urbano, seguida pelas décadas de 1980 e 1990 com o relativo abandono da ferramenta “plano” a partir da adoção de uma nova unidade de intervenção: o fragmento, ou o projeto urbano (SOMEKH; MARQUES, 2006).

De acordo com Swyngedouw, Moulaert e Rodriguez (2002)⁵, os grandes projetos urbanos substituíram o planejamento urbano estatal, se transformando na principal estratégia para estimular o crescimento econômico e as inovações. O clássico instrumento urbanístico da era fordista – o plano – entra em crise dando origem a uma alternativa viável que pudesse envolver as vantagens da flexibilidade – o projeto urbano. Como instrumento estratégico, os grandes projetos urbanos têm como objetivo

⁵ É importante deixar claro que este grupo de pesquisadores europeus realiza seus estudos em cima das cidades européias. Portanto, qualquer relação que possa se fazer entre os conceitos apresentados por este grupo sobre grandes projetos urbanos com projetos que estão localizados nas cidades latino-americanas, por exemplo, deve levar em conta as diferenças de realidades tão díspares.

remodelar a cidade, na medida em que o espaço torna-se um símbolo da metrópole revitalizada e reestruturada, carregando uma enorme imagem de inovação, criatividade e sucesso. Segundo estes autores, a substituição do plano pelo projeto não tirou de cena o planejamento. Os casos por eles analisados mostram que o plano ainda é utilizado como forte componente estratégico como papel significativo para o planejamento. O que houve pós 1960 foi uma drástica reorganização do planejamento e das estruturas das políticas urbanas e o surgimento de novos modos de intervenção – agora fragmentado, em uma espécie de planejamento eclético, nas palavras dos autores – novas ferramentas, instituições e, o mais fundamental, novos objetivos de planejamento.

O espaço neoliberal e os projetos urbanos

Ao se tratar em particular da produção do espaço, o Estado é sem dúvida um dos elementos determinantes. Não o Estado como sujeito da história, mas aquele que, ao implantar os projetos políticos da classe dominante, assume uma condição histórica. Deste modo não só terá a responsabilidade de construir diretamente a infra-estrutura física necessária à acumulação e reprodução capitalista, mas difundir a ideologia para manter as condições de dominação entre classes (SCHIFFER, 1989, p.21-22).

Como foi apresentado acima, a prática contemporânea do urbanismo, baseada em intervenções que têm como objetivo dar início a processos de revitalização, requalificação e/ou regeneração, pode ser resumida e, assim, exemplificada principalmente através dos grandes projetos urbanos (GPU).

Um grupo de pesquisadores europeus, parte da pesquisa “*Urban Restructuring and Social Polarization in the City*” (URSPIC), tendo em vista possíveis relações que podem ser feitas entre os grandes projetos urbanos e as transformações políticas, sociais e econômicas na escala das cidades, realizaram um estudo em doze países europeus para analisar treze grandes projetos urbanos. O foco deste estudo foi o modo como os processos de mundialização da economia juntamente com a liberalização podem ser

articulados à emergência de novas formas de governança, com novas escalas de gestão e atuação nas cidades através de grandes projetos urbanos.

Para Swyngedouw, Moulaert e Rodriguez (2002, p.543), os grandes projetos urbanos são emblemáticos exemplos de formas neoliberais de gestão urbana que contribuem para acentuar o processo de exclusão social e polarização. Parte da estratégia de revitalização, os GPU são instrumento da elite urbana para atrair investimento de capital tendo em vista o crescimento econômico e a competitividade. Portanto, para esses autores, os GPUs não são mero resultado ou a resposta destas transformações políticas e econômicas que vem acontecendo pós 1960, eles são catalisadores de todo esse processo, ilustrando concretamente a atuação do sistema político neoliberal e a produção de uma nova articulação de regulação e escalas de governo.

Nesta nova abordagem da política urbana, os GPUs são o principal ingrediente da nova política econômica caracterizada por uma intervenção estatal que dá suporte para prover toda a infra-estrutura e superestrutura necessárias ao desenvolvimento, financiando, subsidiando ou promovendo novas formas de acumulação do capital. O Estado assume portanto o papel de ser um dos líderes no processo de intervenção urbana: os riscos são assumidos por ele e apenas em alguns casos são divididos com a iniciativa privada. Na maior parte dos casos os GPUs são financiados pelo Estado, através do discurso (para legitimar o projeto e o novo quadro regulatório e institucional) de que a revitalização urbana é uma oportunidade para transformar as funções e as hierarquias econômicas dentro do espaço urbano, criando novos empregos e fortalecendo a posição da cidade nos círculos de competitividade. Neste movimento, a consequência política é o início de uma atuação local, por meio de uma abordagem cada vez mais pró-ativa e empresarial. O regime de gestão vai se caracterizar pela subordinação das estruturas de governo formal por novas instituições e agências, que se tornam protagonistas destes processos de intervenção urbana em nome de maior flexibilidade e eficiência. A fragmentação em agências e a multiplicidade de instituições

são encaradas como sinais positivos de uma nova forma de governar que aproximaria os governos da sociedade civil. Por outro lado, estes organismos de gestão se caracterizam por um alto grau de seletividade na participação, que é na maioria das vezes difusa e desregulamentada, sem a presença de mecanismos formais (SWYNGEDOUW, MOULAERT e RODRIGUEZ, 2002).

Outra importante característica dos grandes projetos urbanos, segundo Swyngedouw, Moulaert e Rodriguez (2002), é a relação entre eles e os instrumentos de regulação já existentes nas cidades. Dentro desta nova política urbana, esse modo de atuação no espaço urbano – muitas vezes denominadas de Planos Especiais - está à margem das estruturas formais de planejamento, dentro de um quadro a que os autores chamaram de excepcionalidade, a partir de suas características cada vez mais autônomas. As autoridades locais, imbuídas de um discurso comum de que os GPUs são estratégias de inclusão e integração realizadas localmente, direcionam suas políticas de acordo com medidas excepcionais, como o congelamento de instrumentos de planejamento tradicional (como as leis de uso e ocupação do solo), ignorando sistemas de regulação já estabelecidos para a cidade e criando agências de intervenção com poderes especiais que substituem instituições anteriormente estabelecidas.

Para concluir, Swyngedouw, Moulaert e Rodriguez (2002) apontam a emergência, nestas últimas décadas, de um urbanismo neoliberal, onde os projetos de regeneração urbana e as políticas de desenvolvimento das cidades européias têm uma forte tendência em direção a implementação de políticas socioeconômicas neoliberais. Os grandes projetos urbanos, assim, surgiram como manifestação de um processo de transformação da produção e das demandas das novas condições locais, nacionais e globais. Como estratégia de acumulação para a elite urbana, eles se tornaram uma parte integral da política neoliberal a fim de substituir as abordagens tradicionais que vigoravam até então. Por um lado, se lacunas econômicas foram preenchidas, por outro, os GPUs, enquanto intervenções isoladas e desconectadas das dinâmicas gerais

das cidades, geram disparidades sociais e fragmentações espaciais que vêm sendo continuamente produzidas, aumentando cada vez mais a fragmentação das cidades que se tornam colchas de retalhos de altas diversidades socioeconômicas a partir da produção de áreas estritamente exclusivas para partes distintas da sociedade.

Projetos urbanos ou projeto neoliberal? Questões pertinentes à pesquisa

O presente trabalho mostra os distintos estágios de desenvolvimento do sistema capitalista com intenção clara de explorar a teoria acerca deste modo de produção dominante durante o século XX. O objetivo geral deste trabalho é desenvolver a discussão sobre a natureza do pensamento urbanístico em função das transformações sociais, políticas e econômicas que são características do estágio contemporâneo do capitalismo. Neste sentido, as contribuições teóricas aqui apresentadas mostram a relação clara entre a produção urbanística pós 1970 e a ideologia neoliberal, característica política do período econômico correspondente. As contribuições de Neil Brenner e Nik Theodore (2002) apontam relações entre o neoliberalismo e as transformações geográficas e territoriais que vêm ocorrendo no nível das cidades. Swyngedouw, Moulaert e Rodriguez (2002) mais preocupados com a análise dos grandes projetos urbanos expõem as modificações nas políticas urbanas, tendo em vista a utilização de instrumentos como os GPUs, além de apontarem as principais características das intervenções urbanas, enfocando o processo de descentralização política e administrativa como resposta à implantação de uma lógica neoliberal.

A intenção deste trabalho é fazer parte do cabedal teórico da tese de doutorado em andamento e de incitar o debate a respeito do tema: os grandes projetos urbanos são instrumentos da política neoliberal? Neste sentido, o foco principal é elaborar uma reflexão sobre a atividade urbanística, os estágios de desenvolvimento capitalistas e o seu conteúdo político. Benévolo (1989) aponta as iniciativas do urbanismo em relação aos males das cidades industriais, por exemplo, tentando evidenciar o conteúdo ideológico dessas ações e revelando qual foi o papel do urbanismo na organização da

cidade industrial. O autor mostra a interligação entre as instâncias políticas e as urbanísticas, salientando que apesar da cultura urbanística muitas vezes estar isolada do debate político, ela não é ideologicamente neutra. Como particularmente nos interessa o período atual, como continuidade de um processo de transição entre plano e projeto urbano que teve início na década de 1970, o estudo acerca dos grandes projetos urbanos pode revelar a atuação urbanística e evidenciar a relação entre urbanismo e planejamento econômico e social. Algumas questões então podem ser elaboradas. Basta melhorar as dinâmicas socioeconômicas para que a distribuição territorial também melhore? Qual é o papel atual do urbanismo tendo como ponto de partida a prática de atuação dos grandes projetos urbanos? Está havendo uma reaproximação entre plano e projeto? Em que sentido e com que propósito? Qual a relação então do urbanismo contemporâneo com a cidade neoliberal? Qual o conteúdo político das opções urbanísticas? E, por fim, o urbanismo é uma disciplina apenas teórica ou pode atuar de forma propositiva?

Estas questões, que apareceram ao longo do desenvolvimento deste trabalho, podem apontar a direção para o desenvolvimento da pesquisa de doutorado e por isso se revelam de extrema importância tanto para o andamento de nossas pesquisas quanto para a compreensão de nossa atuação enquanto urbanistas.

Bibliografia

BENEVOLO, Leonardo. *As origens da urbanística moderna*. Coleção Dimensões. Lisboa: Editorial Presença, 1987.

BRENNER, Neil; THEODORE, Nik. *Spaces of Neoliberalism: urban restructuring in North America and Western Europe*. Nova Iorque: Blackwell Publishing, 2002.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *O que é ideologia*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Livraria Brasiliense Editora, 1980.

DEÁK, Csaba. O mercado e o Estado na organização espacial da produção capitalista. In: *Revista Espaço & Debates* 28, 1989.

DEÁK, Csaba. *Globalização ou Crise Global?* Encontro Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro, 2001.

DEÁK, Csaba. Verbetes. Disponível em: http://www.fau.usp.br/docentes/deprojeto/c_deak. Acesso em Abril de 2006.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Editora Loyola, 2001.

MANDEL, Ernst. *La teoría marxista de las crisis y la actual depresión económica*. [Versão de uma conferência de Ernest Mandel no seminário "Marxismo crítico", celebrado em Atenas em Junho de 1983, organizado pelo Círculo político cultural PROTAGORA. Traduzido da Revista *Sous le drapeau du socialisme*, Paris, número 97-98, Junho de 1984, editado em Coyoacan, revista marxista latino americana, n.17/18 - México Jan.-Jun 1985]. Disponível em: <<http://www.ernestmandel.org>>. Acesso em Julho de 2006.

SCHIFFER, Sueli. *As políticas nacionais e a transformação do espaço paulista: 1955-80*. Tese de doutorado defendida na FAUUSP. São Paulo, 1989.

SOMEKH, Nadia; MARQUES, Juliana Di Cesare Margini. *Projetos Motores e Transformações Urbanas*. Anais do Seminário Projetos Urbanos no Brasil. São Paulo: Universidade São Judas Tadeu, 2006 [no prelo].

SWYNGEDOUW, Erik; MOULAERT, Frank; RODRIGUEZ, Arantxa. *Neoliberal Urbanization in Europe: large-scale urban development projects and the new urban policy*. Malden: Blackwell Publishing, 2002.